

## Declaração Inicial

Senhor Presidente e Senhores Deputados da presente Comissão:

Irei fazer uma nota introdutória acerca da minha posição no âmbito do Grupo Espírito Santo ao longo dos anos, apresentando o que tem sido a minha ocupação profissional de modo a que V. Exas possam estar mais cientes daquilo que eu posso declarar com verdadeiro conhecimento de causa.

1. Fiz os meus estudos superiores em Inglaterra, em Business Administration, onde na altura residia, tendo terminado os mesmos em 1982.
2. Logo de seguida comecei a trabalhar no banco Morgan Grenfell & Co., como assistente da direção do setor internacional.
3. Em 1992, após a privatização do BES, passei a integrar a sucursal do BES em Londres, onde exerci funções até ao ano de 1995.
4. No Verão de 1995 faleceu António Espírito Santo e fui convidado pelo Conselho Superior para representar o meu ramo familiar.
5. Em 1996 regressei a Portugal e assumi as funções de vice-presidente da sociedade ES Resources, que na altura era a holding de topo da área não financeira do Grupo Espírito Santo.
6. Desse modo, e até 2005, fui no âmbito dessas minhas funções responsável por essa empresa. Em 2005 considerou-se que se deveria adequar a gestão da ES Resources a um modelo mais profissionalizado e independente, pelo que foi contratado um gestor profissional e independente para administrador delegado, o Dr. Fernando Martorell, que começou a desempenhar todas as funções executivas da Espírito Santo Resources. A partir de 2005 eu assumi as funções de Presidente não executivo, ou Chairman, da ES Resources.
7. Em 2009 foi criada a sociedade Rioforte, que passou a ser a holding não-financeira do Grupo Espírito Santo, e onde se pretendeu

implementar um novo modelo de governo societário, e que desse o necessário conforto, e oferecesse as condições, para possibilitar a adesão de futuros investidores à sociedade. Este modelo de “governance” seguia as melhores, e mais recentes, práticas internacionais, e consistia num Conselho de Administração, do qual eu era Chairman, uma Comissão Executiva, que era formada por três profissionais independentes e de grande competência, e diversas comissões de acompanhamento. E chamo a atenção de que houve uma intenção de assegurar um modelo de governance em que a Comissão Executiva não tinha representantes da Família Espírito Santo, ou de outros accionistas, de acordo com as melhores e mais recentes práticas internacionais de governance.

8. A gestão da Rioforte era assim da Comissão Executiva, havendo contudo reuniões desta comigo e com o Vice-Chairman, onde era reportada, em grandes linhas, a estratégia dos negócios que a Rioforte tinha em curso. A partir de 2010, foram convidados para o Conselho de Administração administradores independentes, e por áreas regionais relevantes, que poderiam trazer especial mais valia à empresa, como sejam o Dr. Carlos Melo Ribeiro, Presidente da Siemens Portugal, o Sr. Firmin António, Presidente do Grupo ACCOR no Brasil, e o Sr. Donald Johnston, antigo administrador da área de M & A do Deutsche Bank em Londres.
9. Em Maio e Junho de 2010, foi realizado um “road show” internacional da Rioforte tendo por objectivo atrair investidores internacionais e capital, a fim de desenvolver o portfolio e reduzir a dívida. As dificuldades decorrentes da crise grega e de um portfolio bastante diversificado, levou a que se considerasse, em Setembro de 2010, concentrar os esforços na venda, ou parceria, das unidades operacionais, onde investidores internacionais tinham mostrado bastante interesse. O que, entre outros, veio a produzir efeitos com a venda de uma participação importante na área agroindustrial do Paraguai, onde entrou o KfW/DEG, o banco de desenvolvimento da Alemanha.

10. Face à tomada de consciencia do sobrendividamento do Grupo, deixado claro pelo ETRICC em finais de 2013, foi decidido implementar uma reestruturação de fundo de todo o Grupo, que implicava o envolvimento da Rioforte. Assim, em Janeiro de 2014, foi aprovado um plano de reestruturação onde a Rio forte passa a cabeça do grupo com a aquisição da ESFG, e que assentava igualmente num aumento de capital da Rioforte, entre € 700 milhões e €1 bilião com a entrada de novos investidores, e na alienação da totalidade dos ativos não financeiros entre 2014 e 2016, por forma a acelerar a desalavancagem do Grupo. Esse plano foi liderado, e apresentado, pela ESFG, e, tanto quanto me foi comunicado, o processo de reestruturação do Grupo estava a ser acompanhado pelo Banco de Portugal, no âmbito da supervisão da ESFG e do BES.
11. Eu sempre tive a minha actividade centrada na Rio Forte, holding de topo da área não-financeira do Grupo Espírito Santo. A ESI era uma holding que não tinha actividade operacional e que detinha a participação nas áreas financeira e não-financeira do Grupo. Na ESI eu era 1 entre 16 administradores.
12. Tínhamos a noção de que havia um relevante endividamento na ESI, que se vinha avolumando desde o início da crise (2008). Mas nunca supus, e tanto quanto me apercebi o mesmo sucederia com a generalidade dos demais administradores, que tal endividamento fosse tão elevado como aquele que, no final de 2013, veio a revelar-se que afinal existia. As contas da ESI eram-nos apenas apresentadas para efeito de aprovação, e eu nunca participei na sua elaboração, e nunca tive qualquer informação até ao início de 2014, de que as contas da ESI não refletissem a realidade da empresa.
13. Acreditei e comprometi-me na reestruturação do Grupo Espírito Santo, de tal forma que em Março de 2014 fez-se um aumento de capital na ES Control de 21 milhões de euros no qual eu, que não era acionista, participei com 3 Milhões de euros. Para o efeito financiei-me num banco fora do grupo, dando como garantias a hipoteca da minha casa e prestando fiança pessoal. Passei, assim, pela primeira vez, a ser acionista da ES Control em Março de 2014.

14. A partir de Março de 2014, a generalidade dos administradores da ESI, e alguns da Rioforte, vieram a demitir-se. Entendi não dever fazê-lo pois não tinha tido responsabilidades nos problemas que vieram da ESI, e considerei ser minha obrigação ética tentar assegurar a gestão das sociedades com vista à sua recuperação.
15. Tornou-se prática que muita documentação, preparada e analisada pelos nossos quadros muito qualificados e de há longa data, fosse assinada por mim e pelo Sr. Comandante António Ricciardi, exclusivamente com base na absoluta confiança. Tal deveu-se ao sólido princípio de confiança no decidido internamente por cada um no âmbito das suas responsabilidades, ao facto de que erámos os únicos membros do Conselho Superior que estavam frequentemente a trabalhar no escritório do GES da Rua de São Bernardo, e à circunstância de o Conselho Superior acompanhar fundamentalmente a actividade do Grupo a nível de reporte.
16. Apesar de já haver críticas relevantes relativamente ao Dr. Ricardo Salgado desde o segundo semestre de 2013, quando surgiram as questões das contas da ESI, certo é que o Dr. Ricardo Salgado logo apresentou soluções e ideias para se resolver o problema e, uma vez mais, o Conselho Superior confiou nele.
17. Queria explicar que o Dr. Ricardo Salgado mereceu sempre a plena confiança de todos, porque era um membro sénior da família, porque era muito competente e o mais sabedor de matérias financeiras, porque foi o CEO do BES desde a sua reprivatização, porque teve muito êxito no crescimento do GES e do BES ao longo de mais de duas décadas e porque sempre fora capaz de superar todas as dificuldades que foram surgindo. Por isso é que toda a tesouraria do GES estava unificada e confiada à direcção do Dr. Ricardo Salgado.
18. Uma palavra relativamente à dívida da Rioforte, na qual designadamente a PT fez importantes aplicações, para dizer que era matéria financeira, de que eu nunca tratei e não era da minha competência ou responsabilidade.

19. Quero salientar que não sou um financeiro e nunca fui membro das Comissões Executivas nem do BES, nem da ESFG nem da Rioforte. Como referi, desde 2005 que as minhas funções no Grupo eram apenas “não executivas”, embora acompanhasse como Chairman a estratégia da Rioforte.
20. E uma palavra ainda sobre a minha função de Administrador não executivo do BES e da ESFG – até Abril de 2014 - no sentido de que, além de nunca ter tido quaisquer funções executivas no BES, nem na ESFG, nunca participei nas Comissões Executivas, e nunca intervim, seja de que forma for, na gestão do banco ou na definição da sua estratégia.

Coloco-me agora à disposição de todos para prestar os esclarecimentos que quiserem e eu seja capaz de dar.